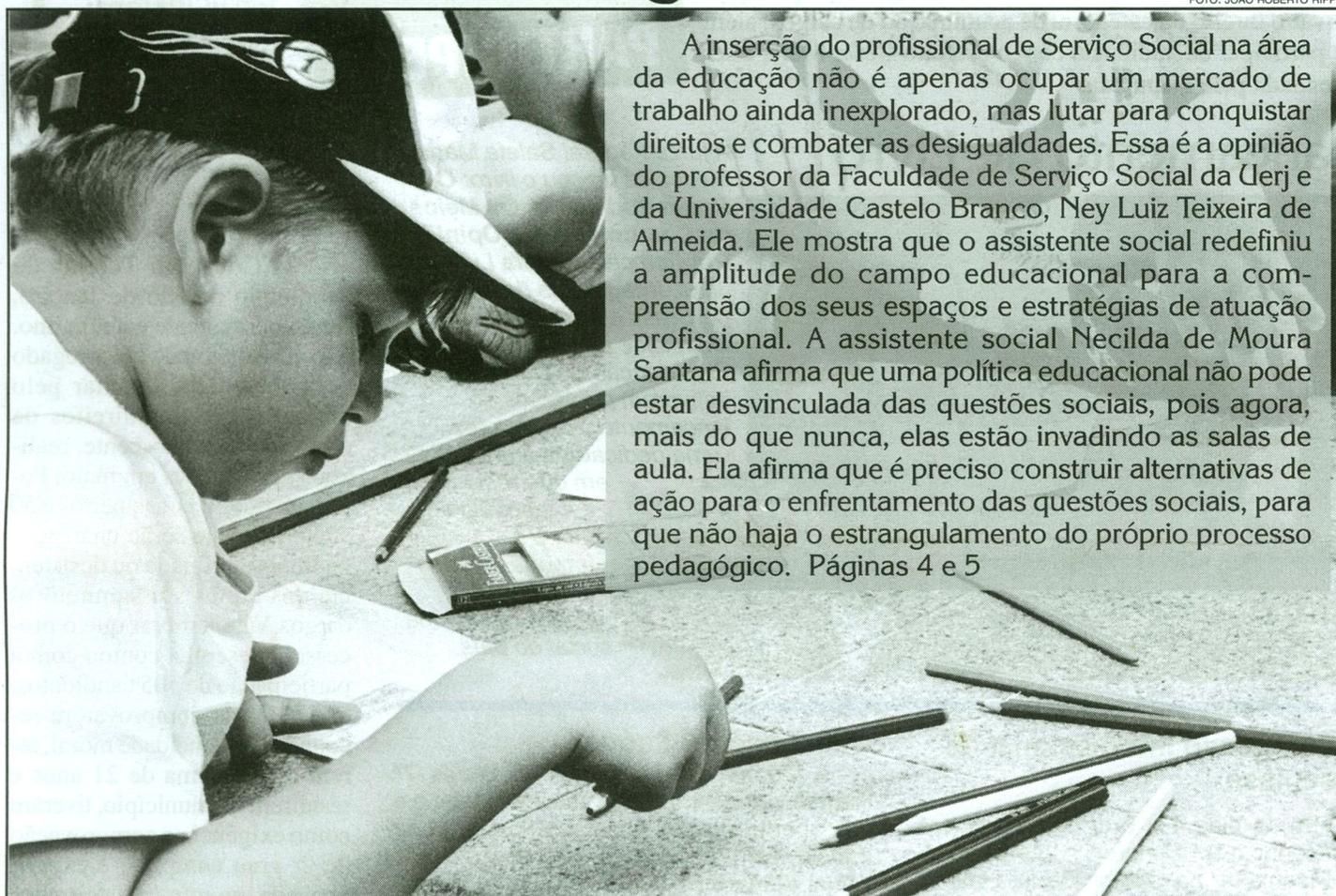


# O Serviço Social na Educação

FOTO: JOÃO ROBERTO RIPPER



A inserção do profissional de Serviço Social na área da educação não é apenas ocupar um mercado de trabalho ainda inexplorado, mas lutar para conquistar direitos e combater as desigualdades. Essa é a opinião do professor da Faculdade de Serviço Social da Uerj e da Universidade Castelo Branco, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Ele mostra que o assistente social redefiniu a amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional. A assistente social Necilda de Moura Santana afirma que uma política educacional não pode estar desvinculada das questões sociais, pois agora, mais do que nunca, elas estão invadindo as salas de aula. Ela afirma que é preciso construir alternativas de ação para o enfrentamento das questões sociais, para que não haja o estrangulamento do próprio processo pedagógico. Páginas 4 e 5

## Dados sobre a violência mostram que os jovens são as maiores vítimas

A assistente social e professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Uerj, Mione Apolinario Sales, faz uma análise de como a violência atinge a juventude brasileira e mostra a importância da contribuição do profissional de Serviço Social para a reversão desse quadro. Ela revela que os jovens são as maiores vítimas do processo de violência, pois costumam ser discriminados pela cor, classe social e local de moradia, sejam eles autores de ato infracional, ou não. Mione mostra vários dados sobre a violência e afirma que o trabalho do assistente social é fundamental na prevenção e combate ao aprofundamento desse cenário. Pág 8

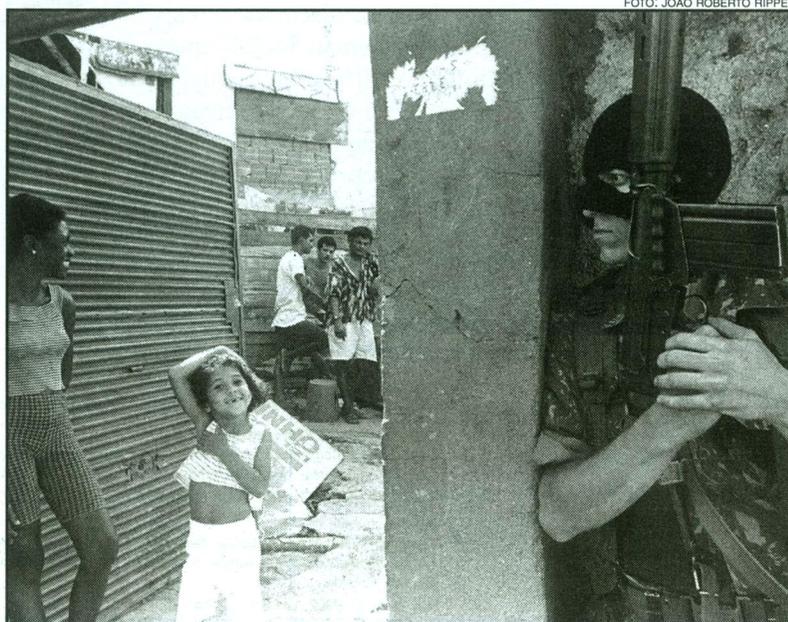


FOTO: JOÃO ROBERTO RIPPER

### 2 ASSEMBLÉIA

Participação da categoria fortalece o Conselho

### 3 GESTÃO

Saiba o que a diretoria do Cress está fazendo

### 7 TRABALHO

Desmonte dos direitos no governo FHC

### 3 POLÊMICA

O primeiro debate sobre Serviço Social Clínico

### 5 LEI

Carga horária de 24 horas é aprovada e aguarda total implementação

Esta é a primeira edição do Praxis depois da posse da diretoria eleita do Cress 7ª Região. Tomamos posse no dia 15 de maio, Dia do Assistente Social, e começamos a trabalhar com muita disposição para vencer as inúmeras demandas do Conselho. Na página 3, o leitor poderá encontrar o que tem sido feito e as perspectivas dessa gestão. Ainda nessa página, o registro do primeiro debate sobre o polêmico tema: o Serviço Social Clínico.

O Serviço Social na Educação ganhou destaque nas páginas centrais com entrevistas com o professor Ney Luiz Teixeira de Almeida e a assistente social Necilda de Moura Santana, que tem uma vasta experiência nessa área. Já existe um Decreto do atual prefeito César Maia que garante o assistente social nas escolas. Mas ainda estamos aguardando, com ansiedade, sua implementação. Agora, mais do que nunca, em que a violência toma conta do nosso cotidiano, precisamos assegurar que nossas crianças e adolescentes tenham o direito de frequentar as escolas.

Violência é o tema abordado pela professora Mione Apolinário Sales. A matéria revela dados e faz uma análise sobre violência na juventude. Ela também aponta caminhos para que o assistente social possa atuar na contração dessa onda de violência que invade a cidade.

Nós, da nova diretoria, continuamos apostando em propostas que possam intensificar a interatividade com a categoria. Agradecemos o voto das urnas e convidamos a todos os assistentes sociais a participarem dessa gestão conosco trazendo sugestões e críticas.

A Diretoria

## INFORMES

### Emenda Constitucional 34

Essa emenda, da Deputada Federal Jandira Feghali, altera a **alínea c do inciso XVI do artigo 37** da Constituição e permite a acumulação de cargos privativos da Saúde. A Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro emitiu parecer negando ao assistente social o direito de acumular cargos, contrariando a Constituição. No dia 17/06, os assistentes sociais classificados no concurso da SMS se apresentaram, e aqueles que já possuíam emprego público na área da saúde foram impedidos de tomar posse. A situação é complicada e aguarda desfecho por parte da Secretaria de Administração, que em breve deve emitir um novo parecer sobre a situação. Vamos torcer para que seja favorável. Caso seja negativo, as assistentes sociais devem entrar com mandado de segurança imediatamente. O Cress está tomando as providências para entrar com mandado de segurança, para preservar o direito da categoria de acumulação de cargos, além de participar de audiência com o prefeito César Maia, a ser agendada pela Deputada.

### Lançamento de Livro



A juíza Federal Salette Maria Maccalóz lançou o livro: **O Poder Judiciário, Os Meios de Comunicação e Opinião Pública** pela Editora Lumen Juris. Integrantes da diretoria do Cress e assessoras da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho estiveram presentes ao lançamento. A autora fez uma dedicatória à entidade em que ressaltou a capacidade de luta e a importância dos assistentes sociais na história social do país.

### 16º Congresso Internacional de Hanseníase

Entre os dias 4 e 9 de agosto estará acontecendo o 16º Congresso Internacional de Hanseníase, no Carlton Bahia Hotel & Conference Resort, em Salvador, Bahia. Os interessados devem fazer as reservas diretamente com HI Eventos [www.hieventos.com.br](http://www.hieventos.com.br). Maiores informações pelo telefone (71)261-6666 ou 0800-704-1266

Registramos que o Cress 7ª Região vem desencadeando alternativas para a ampliação do debate e discussão a respeito do Simas - Sistema Municipal de Assistência Social - que está vigorando na Prefeitura do Rio de Janeiro, sobre o qual muitos assistentes sociais ainda não têm conhecimento, ou o têm de forma bastante inconsistente. Cabe informar que em Assembléia realizada pela categoria no mês de abril de 2002, foi tirada uma comissão representativa dos assistentes sociais lotados na saúde do município para estudo e acompanhamento do Simas, que vem se reunindo sistematicamente. Cabe-nos, ainda, promover esforços para buscar canais de aprofundamento desta questão, que se mostra tão importante para a nossa categoria profissional. - *Integrantes da Comissão de Estudo e Acompanhamento do Simas*

# ASSEMBLÉIA

**PAUTA:**  
 ✓ Eleições de Delegados para participação no XXXI Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, que será realizado em setembro, em Brasília.  
 ✓ Também será apreciado o Plano de Ação do Cress e Relatório de Atividades.

**PARTICIPE!**

**Dia 15 DE AGOSTO, às 18H,**  
 assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro estão convidados a participarem da Assembléia Geral Ordinária.

### Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do Município do Rio de Janeiro, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, realizou suas eleições em maio. Foram eleitos 50 conselheiros e 50 suplentes, que serão chamados na impossibilidade ou desistência dos efetivos assumirem os cargos. Vale lembrar que o processo de escolha contou com a participação de 305 candidatos, que além de comprovarem reconhecida idoneidade moral, terem idade acima de 21 anos e residirem no município, tiveram como exigência a comprovação de 2º grau completo e experiência de, no mínimo, dois anos em trabalho com criança e adolescente. Também foi realizada uma prova para testar o conhecimento dos candidatos sobre o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), o que elevou a qualidade do processo eleitoral. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e as dez Coordenadorias Regionais espalhadas pela cidade organizaram as eleições, com a fiscalização do Ministério Público.

### CARTAS



## EXPEDIENTE

**PRAXIS**

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO**  
**JUNHO / 2002**

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira  
 Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues  
 1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato  
 2ª Secretário: Marcio Eduardo Brotto  
 1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos  
 2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

Suplentes: Andréa Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Elisabete Amorim Leandro, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira

Conselho Fiscal:  
 Eliziane Olina Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo - Suplentes: Italuana Guimarães Rosário, Tânia Maria Dahmer Pereira e Luciene da Rocha

Comissão de Comunicação: Marcio Eduardo Brotto, Renato dos Santos Veloso e Rodrigo Silva Lima.

Norte e Nordeste Fluminense  
 Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureiro: Junia de Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro. Suplentes: Marcelo Barbosa Carvalho, Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves  
 Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense  
 Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureiro: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento, Cristiane Valéria da Silva Barvelo e Helenice Pereira Melo de Almeida  
 Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável:  
 Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)  
 Projeto Gráfico e Diagramação:  
 Virgínia Aôr (MTB/RJ 18.588)  
 Ilustração: Carlos D  
 Tiragem: 8.000 exemplares  
 Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro  
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144  
 Telefax:(21) 2240-1727 / 3627 / 0822  
 e-mail: cressrj.ascom@apic.com.br

# Diretoria enfrenta desafios

A nova diretoria do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região tomou posse no dia 15 de maio, Dia do Assistente Social, em cerimônia que contou com a presença de profissionais de Serviço Social e representantes de entidades parceiras do Conselho, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ), representada por seu presidente Antônio Carlos Carvalho. Desde, então, os novos conselheiros vêm se envolvendo nas várias atividades existentes no Conselho. As comissões de trabalho do Cress aos poucos vão voltando ao seu funcionamento normal, destacando-se entre elas a Comissão de Seguridade Social (e sub-comissões de saúde, previdência e assistência), Formação e Trabalho, Dependência Química, Gênero e Etnia, Criança e Adolescente, além da instalação da inédita Comissão de Sistemas Sócio-Jurídicos, que vem contemplar uma importante área de atuação profissional. Vale dizer que novas Comissões estão sendo pensadas e a participação da categoria nesse processo é fundamental. O Cress marcou presença também em eventos comemorativos ao Dia do Assistente Social, como os que ocorreram no Hemo-Rio, no Iaserj, na Prefeitura de Angra dos Reis (RJ), na Prefeitura de Seropédica (RJ), na Secretaria de Saúde de Caxias, no Congresso Nacional em Brasília e no debate sobre Espaço Sócio-ocupacional do Assistente Social realizado na Uerj. Mas esses foram apenas alguns en-

tre tantos outros eventos que os conselheiros participaram.

Aos poucos a nova diretoria vem se colocando a par das questões que têm incidência direta sobre a categoria profissional, acompanhando questões como o Sistema Municipal de Assistência Social (Simas), a realização de concursos públicos, a redução de carga horária para funcionários do poder público estadual, a emenda constitucional da Deputada Jandira Feghali sobre a acumulação de cargos privativos da área da saúde, dentre outras.

As ações de parceria com organizações e instituições do âmbito do Serviço Social vêm permitindo a realização de várias atividades de interesse para a categoria, como, por exemplo, o curso e as conferências sobre o tema da infância e juventude e o debate sobre Serviço Social Clínico, com a presença do professor Vicente Faleiros (em parceria com a Uerj), o lançamento do livro “Poder Judiciário, Meios de Comunicação e Opinião Pública”, de Salette Macalóz (em parceria com o Cedim), a co-organização do Congresso Nacional de Serviço Social e Oncologia (em parceria com o Inca), que será realizado no Rio de Janeiro entre os dias 11 e 14 de novembro. Organizar e sediar reuniões importantes como o primeiro Encontro Cress/Delegacias Seccionais, Encontro Descentralizado preparatório para o Encontro Nacional do Conjunto CEFES/Cress, Conselho de Comunidade, o

Fórum de Supervisores e o Grupo de Trabalho dos Hospitais com Emergência também têm sido prioridade na nova gestão. Estas são apenas algumas das atividades em curso no Cress. Muitas outras ocorrem e precisam da participação da categoria.

## Compromissos

As reuniões de diretoria ocorrem nas tardes de quinta-feira e aos sábados acontecem as reuniões de Conselho Pleno. Aos poucos, os conselheiros estão ocupando os diversos espaços reservados ao Serviço Social e efetivando os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, como o acompanhamento das condições de trabalho (primando por instalações físicas, sala e carga horária adequadas); o desenvolvimento de ações de fiscalização, privilegiando o enfoque preventivo e incentivando a capacitação profissional (com base no Código de Ética e na Lei que regulamenta a profissão). A ampliação das visitas do Cress aos locais de trabalho e às instituições, estreitando a relação do Conselho com a categoria na busca de melhorias nas condições de trabalho e de respeito ao exercício profissional, também está entre as prioridades na nova gestão.

## Serviço Social Clínico

Esse tema polêmico entre os profissionais de Serviço Social foi abordado em um debate promovido pelo Conselho Regional 7ª Região em parceria com a Uerj. Esse primeiro debate, que aconteceu na Uerj, no dia 12 de junho, contou com a participação dos assistentes sociais e professores universitários, Mavi Pacheco Rodrigues e Vicente de Paula Faleiros. A coordenação da mesa ficou com a professora Marilda Iamamoto. Profissionais da categoria lotaram o auditório e participaram com perguntas e depoimentos de quem já trabalha na área clínica. Entre os pontos abordados podem ser destacadas algumas questões levantadas por Faleiros como: É possível o exercício da terapia e da clínica com política? Ele também afirmou que a comunicação se dá em qualquer exercício da profissão de Serviço Social, mas a narrativa pode tomar dimensões terapêuticas, ou não.

Mavi enfatizou que não se pode deixar de ver as conquistas profissionais que têm reflexo no Código de Ética do assistente social, acerca de sua natureza e seu significado, já que a direção



Faleiros, Iamamoto e Mavi abriram o debate que está apenas começando

**FALE COM O CRESS**

**Nosso objetivo é fazer um atendimento cada vez melhor!**

O Cress 7ª Região está tomando novas providências para agilizar o atendimento telefônico prestado ao público. Já foram efetuadas adequações nos ramais permitindo que mais ligações sejam atendidas ao mesmo tempo pela equipe do Conselho. Para tornar mais ágil o seu contato, é importante que você saiba que não é necessário ouvir toda a gravação eletrônica para falar com o ramal de seu interesse. Siga a tabela ao lado.

(21) 2240-1727 CRESS/RJ	ramal
Questões de anuidade, registro ou cadastro profissional e negociações de débito	3
Assessoria jurídica (3ª e 5ª, de 14h às 17h)	223
Comissão de Ética (3ª, de 14h às 17h)	223
Assessoria de Comunicação (a partir das 14h)	215
Assessor da diretoria:	216
Orientações profissionais, denúncias de exercício ilegal da profissão e fiscalização (13h às 19h)	229 e 230
Eventos, cursos, publicações, informações básicas sobre concursos e secretaria em geral	220, 217, 214 e 212

política é clara apontando para o anticapitalismo e o anticonservadorismo. Ela também levantou questões polêmicas como se o Serviço Social Clínico faz avançar o projeto ético-político? O que o Serviço Social Clínico traz para o mercado profissional? A professora avaliou que o Serviço Social Clínico tende a se desviar das demandas profissionais e restaurar traços de conservadorismo profissional duramente questionado desde os anos 60. O final do evento teve um consenso de que o debate sobre esse tema está apenas começando.

# Uma inserção possível e necessária

Mais uma frente de atuação para o Serviço Social

A inserção do assistente social na área da educação impõe ao profissional o desafio de construir uma intervenção qualificada, baseada em um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social, o do “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

O professor da Uerj e da Universidade Castelo Branco, Ney Luiz Teixeira de Almeida, lembra que a discussão sobre a presença do Serviço Social na Educação começou a ser intensificada na década de 90 e está ganhando mais fôlego atualmente. Nos anos 60, 70 e até início dos 80 muitos assistentes sociais que trabalhavam ligados à área migraram para outras áreas, principalmente a da Saúde, pois não havia grandes atrativos nesse segmento. Ney explica que a relação entre Serviço Social e Educação estava limitada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. Mas hoje é possível afirmar que o setor está se tornando um campo de interesse profissional teórico e prático. Os profissionais mudaram principalmente a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ele acredita que os novos significados que a educação passou a ter para o profissional de Serviço Social podem ser vistos a partir da posição estratégica que o campo

a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional.

Desde a aprovação da LDB, em 1996, várias mudanças ocorreram em todos os níveis do sistema educacional no Brasil, da educação infantil até os cursos universitários para a terceira idade. O professor explica que é nesse abrangente campo de atuação que os assistentes sociais estão redimensionando suas possibilidades de intervenção profissional, tendo em vista a trajetória das políticas sociais com as quais trabalham diretamente em seu cotidiano. Ele lembra que as escolas ainda não foram ocupadas pela categoria como espaço de trabalho, mas grande parte dos assistentes sociais já vem tomando a política educacional como componente de sua atuação, até mesmo por lidar com políticas setoriais como as previstas a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca).

## Novas demandas

Na opinião de Ney, é possível descobrir novas demandas de trabalho para os assistentes sociais a partir da ampliação do conceito de educação e, também, das possibilidades de desenvolvimento de programas e ações educacionais. Isso significa que, além de atuar nas discussões sobre violência, sexualidade, drogas e cidadania entre tantos outros temas do dia a dia do profissional de Serviço Social, é necessário trabalhar na formação dos próprios professores, que ainda não estão preparados para trabalhar diretamente com esses temas tão familiares ao assistente social. Ele ressalta ainda que não se pode deixar de citar a importante contribuição do assistente social na ação mediada pelos programas e ações assistenciais junto ao campo educacional.

O professor frisa que o papel do Serviço Social na educação é inestimável. Os profissionais podem realizar programas e/ou projetos de inclusão das crianças nas escolas e garantir sua permanência na instituição. Podem desenvolver programas voltados para a qualidade do ensino e até a complementação de estudos e questões ligadas a reforço e cidadania.



Assistentes sociais podem fazer uma “ponte” entre a escola e a comunidade

**“É PRECISO ENTENDER A COMPLEXIDADE DO CAMPO EDUCACIONAL E INTERVIR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO A PARTIR DE OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS COMO, POR EXEMPLO AS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA”**

Ney Luiz

são grandes responsáveis pela evasão escolar, e fazer uma “ponte” entre a escola e a comunidade, instrumentalizando conselhos de comunidade, conselhos educacionais, conselhos municipais e estaduais, associações de moradores e de pais e grêmios estudantis. Ney alerta para a necessidade de se realizar um mapeamento de quem são e o que estão fazendo os assistentes sociais que atuam na área, direta ou indiretamente, pois ele acredita que é preciso romper com o isolamento desses profissionais e constituir espaços de debate e de afirmação de uma intervenção mais orgânica nessa área. É preciso entender a complexidade do campo educacional e intervir nas instituições de ensino a partir de outras políticas setoriais como, por exemplo, as de saúde e assistência. Ele avalia que a inserção do profissional de Serviço Social na Educação não é apenas ocupar um espaço inexplorado no mercado de trabalho, mas acima de tudo lutar para conquistar direitos e combater desigualdades.



educacional passou a ter no mundo globalizado. Além disso, houve um movimento interno da própria categoria, que passou a redefinir a amplitude do campo educacional para

nia. Coordenar grupos de discussão para tratar de temas como drogas, gravidez precoce e violência, que

# Questão social invade a sala de aula



FOTO: JOÃO ROBERTO RIPPER

“Escola é vida, é o cotidiano dos alunos e não só conteúdo programático”. Essa afirmação é da assistente social Necilda de Moura Santana, que passou por uma vasta experiência na área da educação e acredita que a efetivação de uma política educacional não pode estar desvinculada das questões sociais e da dinâmica societária, pois dela tem origem e nela se fundamenta.

Segundo Necilda, que faz parte da Coordenação Regional de Educação (CRE/Zona Oeste), é preciso pensar os estabelecimentos onde se gesta a política de educação como uma instituição na qual se manifestam diferentes expressões da questão social como a violência, as drogas e o desemprego entre tantas outras. Ela explica que os processos sociais eclodem nas unidades escolares. Antes, as questões sociais que eram vistas apenas das “janelas da escola” e tratadas de forma distante, agora estão invadindo as salas de aula.

As classes menos favorecidas,

que compõe a maioria dos frequentadores das escolas públicas, são cada vez mais vitimizadas pelos processos de exclusão social e convivem diretamente com a pobreza, a fome, o desemprego, o tráfico e o medo. Não é possível separar essa condição de classe e história de vida ao entrar no espaço escolar. É evidente, avalia a assistente social, que todos esses problemas vão estar presentes na escola e atravessar as relações pedagógicas. É também no ambiente escolar que estarão sendo identificadas as conseqüências dessas questões sociais, através da evasão escolar, problemas de aprendizagem, violência e vários outros.

## Alternativas

O agravamento da questão social obriga a construção de alternativas de ação para o seu enfrentamento para que não haja o estrangulamento do próprio processo pedagógico. Necilda revela que já há o reconhecimento, tanto do Município quanto do Estado do Rio

de Janeiro, de que o profissional de Serviço Social pode trazer importantes contribuições na construção dessas estratégias de enfrentamento na área da educação.

São várias as possibilidades de atuação do assistente social nas unidades escolares, esclarece Necilda. Facilitar o acesso a serviços de saúde e psicoterapia, fazer visitas ao universo familiar para conhecer melhor e entender os valores diferentes de cada um, ajudar na denúncia de maus-tratos à criança e adolescente, garantir o acesso ao material escolar e promover discussões com esses estudantes a partir de seus cotidianos. Essas são apenas algumas das atividades que podem assegurar a diminuição de problemas de aprendizagem e evasão escolar. Além disso, ela acredita que é fundamental que se faça um trabalho de socialização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois alguns professores, até mesmo pro falta de conhecimento, infelizmente, ainda desrespeitam esse estatuto.

## Permanência na escola

A assistente social lembra que além de garantir o acesso à escola, é preciso assegurar a permanência dos alunos na escola, pois o agravamento das questões sociais leva ao trabalho infantil, a gravidez precoce e outros tantos fatores que tem como a maior conseqüência a evasão escolar e terminam por aprofundar ainda mais a exclusão social. Alguns projetos de iniciativa governamental como: Bolsa Escola, Projetos de Renda Mínima, Alunos Residentes e a oferta de merenda escolar e materiais didáticos apontam para a necessidade de políticas que garantam a permanência do aluno na escola ao mesmo tempo em que reconhecem que sérias questões sociais podem comprometer o processo pedagógico.

Necilda acredita que estabelecer o Serviço Social na Educação vai promover a escola como um espaço articulador das políticas públicas de assistência, de saúde, da criança e do adolescente e da família. Ela não tem dúvidas que o assistente social é fundamental para intervir frente às expressões das questões sociais, pois ele está habilitado a instrumentalizar, do ponto de vista político, as crianças e suas famílias para democratizar o acesso as políticas públicas e ajudar na redução das desigualdades.

## DECRETO Nº19904 DE 16 DE MAIO DE 2001

### ►►DECRETO ◀◀N◀◀19904►► DE 16 DE MAIO DE 2001

Cria grupo que definirá estrutura de apoio às escolas e/ou às CREs.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de que as Escolas da Rede Municipal tenham condições de dar apoio extra-escolar aos alunos;

CONSIDERANDO a necessidade de que o apoio aos alunos tenha desdobramentos externos que não tem como ser feitos pelas professoras;

DECRETA

Art. 1º Fica criado junto ao gabinete da Secretaria Municipal de Educação grupo para em trinta dias definir sobre a estrutura de apoio às escolas e/ou às CREs.

Art. 2º O grupo citado no artigo anterior deve analisar o efetivo necessário para que as CREs disponham de fonaudiólogos e psicólogos de forma a dar apoio as escolas, e que cada escola conte com um assistente social para dar apoio as tarefas extensivas especialmente o contato com as famílias dos alunos por razões de inadaptação.

Art 3º O grupo citado no artigo primeiro deste Decreto deve levantar a existência de vagas nos quadros da Prefeitura nas secretarias específicas de forma a avaliar a possibilidade de concurso imediato ou convocação.

Paragrafo único. Alternativamente ao disposto no caput, o grupo citado estudará alternativas de terceirização e/ou de convênio por seleção com ONGs e Faculdades.

Art 4º Esse Cedreto entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2001 – 437º ano da fundação da Cidade.

CESAR MAIA

Decreto publicado no D.O. do Município do Rio de Janeiro em 17/05/01 e aguardadando implementação

# Agora é Lei

**O** Projeto de Lei nº 0622/99 da Deputada Tânia Rodrigues, que altera a carga do assistente social do estado de 40h para 24h semanais foi aprovado. Agora a Lei 3835 de 13 de maio, publicada no Diário Oficial(D.O) do Estado no dia 16 de maio de 2002, deve ser cumprida.

## Os artigos

A Lei 3835 possui três artigos. No primeiro dá autorização para que o Poder Executivo Estadual estenda os efeitos da Lei 1.083/86(que altera para 24h a carga horária dos fonoaudiólogos) para os assistentes sociais. O 2º art: "Para fins de adequação da situação funcional dos atuais assistentes sociais, funcionários públicos estaduais, deverá o órgão responsável na administração pública criar uma comissão composta por representantes da categoria e do Poder Executivo". Por último o terceiro que informa que a Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Expectativa

Vários profissionais de Serviço Social tiveram a expectativa de que a lei se cumprisse com a maior rapidez. Não foi isso que aconteceu. Algumas unidades tiveram problemas com sua implemen-



tação. Muitas dúvidas surgiram nesse processo. De acordo com as assistentes sociais Eloey Ferreira, Neuriélides Soares Costa e Liony Nunes de Almeida, do Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, várias reuniões foram feitas e até mesmo uma comissão foi tirada para fazer contatos com as entidades com o objetivo de efetivar a Lei. Elas participaram ativamente das mobilizações em frente a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) para que a lei fosse aprovada. Neuriélides acredita que é necessário que seja oficializado o cumprimento da Lei através de uma determinação da Secretaria de Administração para o diretor da unidade, pois questões legais e práticas, como, por exemplo, a folha de ponto precisa ser trocada. Em sua opinião, esse processo está muito lento. "A

mobilização já existe, mas é preciso haver mais respaldo jurídico", diz. Ela adverte ainda que depois de reduzida a carga horária vai ser necessário se lutar para mais contratações, para que o atendimento não fique prejudicado. A assistente social diz que atualmente o Carlos Chagas conta com 14 profissionais no quadro e oito prestadoras de serviço. Todas três concordam que essa diminuição da carga horária vai permitir o aumento da capacitação profissional e vai reduzir o estresse ao qual todo profissional da área de saúde é submetido. Além disso, questiona Eloey, como é possível o assistente social acumular duas matrículas no Serviço Público, se a carga horária for de 40h semanais? "A redução é imprescindível", diz.

## Comissão

No dia 4 de junho foi publicada no D.O do Estado a Resolução 2955 do Secretário de Estado de Administração e Reestruturação, Rômulo Dante Orrico Filho, que institui uma comissão especial considerando o artigo 2º da Lei 3835. Essa comissão tem por objetivo garantir que a implementação da Lei seja estendida a todas as unidades de trabalho. A meta é fazer todas as adequações. Não sofrerá nenhuma alteração, as unidades que já estão cumprindo a Lei. Essa comissão será composta por representantes do Conselho Regional de Serviço Social (RJ), do Gabinete da Governadora, da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação e da Secretaria de Estado de Ação Social.

## Sabia mais sobre o Conselho

Os Conselhos profissionais tem delegação do Estado para orientar, normatizar e fiscalizar os exercícios das profissões. São, portanto, entidades de natureza pública que têm como base a atenção que a profissão precisa dar a sociedade, defendendo a legalidade e a qualidade do exercício profissional. Mas para cumprir essa função, o Conselho dispõe como única fonte de recursos o pagamento das anuidades pelos profissionais. É preciso esclarecer que as anuidades têm caráter compulsório e o Conselho não tem poder de anistia-las, estando sujeito a normas do Código Tributário Nacional.

O exercício da profissão requer prévio registro no Conselho Regional que tenha jurisdição sobre a área de atuação do assistente social. Por isso o Cress 7ª Região, obedecendo ao regulamento, está procedendo a recobrança da anuidade do ano em curso, lembrando que você tem a possibilidade de regularizar seu compromisso com o Conselho em um único pagamento ou parcelando em até cinco vezes. Mesmo que o assistente social não exerça a profissão é preciso comparecer ao Cress para pedir cancelamento, pois a manutenção da inscrição gera a obrigação do pagamento da anuidade. O Cress também está empenhado em negociar formas que facilitem o pagamento de débitos anteriores, mas para isso seu comparecimento ao Cress é fundamental. Não esqueça que o fortalecimento do Conselho é de responsabilidade de todos.

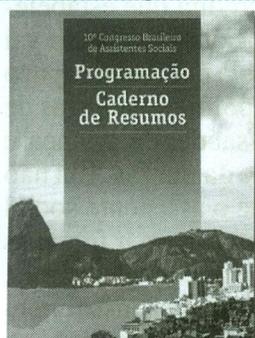
Sobre anuidade devida ao Conselho, consulte **art.22º do Código de Ética e artigos 10, VI e 13 da lei 8.662/93**, de regulamentação da profissão.

## Via Cress

Para receber o boletim eletrônico do CRESS 7ª Região cadastre seu e-mail na secretaria ou envie para

[cressrj.ascom@apic.com.br](mailto:cressrj.ascom@apic.com.br)

## PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS



Kit com camiseta e poster  
R\$ 15,00

▶ **Caderno de Resumos do CBAS**  
R\$7,00



▶ **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social - Em questão** R\$ 3,00



▶ **Caderno Cidadania**  
R\$ 3,00



▶ **Cadernos ABONG**  
R\$ 3,00



▶ **Revista Temporalis**  
R\$ 11,00

▶ **Revista Inscri**  
R\$ 10,00



▶ **Revista Fórum**  
R\$ 5,00



▶ **Código de Ética do Assistente Social Lei 8662/93**  
R\$ 3,00

Fazer o balanço do desmonte dos direitos do trabalho, sob a égide de Fernando Henrique Cardoso (FHC) é, ao mesmo tempo, uma tarefa simples e dolorosa. Trata-se de uma estratégia internacional organicamente estruturada pelos intelectuais do capitalismo e implementada pelos governos nacionais. A orientação de reformas dirigidas para a liberdade do mercado tem sido o eixo central das mudanças recomendadas. Aí se coloca como uma das principais estratégias desse desmonte a Reforma do Estado e com ela, a viabilização de um conjunto de políticas que resultaram na privatização das empresas estatais, na reforma administrativa, na reforma da previdência social, na fragmentação da seguridade social, na desregulamentação das relações de trabalho e, nas mais recentes investidas para flexibilizar as relações trabalhistas.

O Brasil gasta cerca de 63% do seu PIB para pagamento da dívida externa. A opção por esse caminho, caracterizada por profundos ajustes e reformas estruturais tanto no campo da economia como no da política, determinaram as diretrizes do governo FHC: menor intervenção do Estado, retração dos investimentos nas áreas sociais, redirecionamento das políticas sociais no sentido da sua focalização e seletividade. Nesse cenário, pudemos assistir ao aprofundamento das desigualdades sociais, a precarização do trabalho e o brutal aumento do desemprego. Ocupamos o segundo lugar em desemprego mundial (11,454 milhões de desempregados).

Na década de 90, a renda média real dos trabalhadores caiu 8%, segundo o IBGE, e vem caindo, sistematicamente. O Brasil já é o primeiro lugar em desigualdade de renda no mundo. Sob o argumento da responsabilidade fiscal, que impede a utilização de recursos em áreas sociais, o estado vai se afastando das suas obrigações e redefinindo áreas de intervenção, transferindo tais responsabilidades para o setor privado.

A destruição dos direitos sociais parece ser a grande marca deste governo. Direitos estes, conquistados historicamente e garantidos constitucionalmente. Não afirmo que estas conquistas sempre foram plenamente asseguradas ou que mudanças não são necessárias à Legislação. Sempre tivemos, por exemplo, o trabalho precarizado. As iniciativas para mo-

# Crise capitalista e o desmonte dos direitos do trabalho na era FHC

Ângela Santana do Amaral

Profrª do Depto de Serviço Social da Univ. Federal de Pernambuco e Doutoranda em Serviço Social da Universidade Federal do RJ

dificar artigos constitucionais e legislações específicas que liberem o papel do Estado da sua função de prover direitos básicos universais para adequar-se às exigências da acumulação capitalista, sempre estiveram na agenda dos governos, desde os ditatoriais aos neoliberais.

## Redução das conquistas

Tais iniciativas mostram-se como uma estratégia fundamental para fraturar os interesses coletivos dos trabalhadores e seu processo organizativo. Nesse sentido, o governo FHC lança mão de mecanismos que visam reduzir os direitos sociais conquistados, em sintonia com as determinações internacionais de

jornada para até um ano, sem que haja pagamento de horas extras; a Medida Provisória n.º 1709/1998, que criou o regime de trabalho com jornada de tempo parcial, definindo remuneração proporcional à duração semanal da jornada; a Emenda Constitucional n.º 20/1998, que limitou o benefício do salário família aos trabalhadores considerados de baixa renda. A mais recente ameaça aos direitos dos trabalhadores é Projeto de Lei n.º 5.483/01 e agora, PLC 134/01 que altera o artigo 618 da CLT. Apresentado em outubro de 2001, e, embora sua votação tenha sido proposta, pelo governo em regime de urgência, esta condição foi retirada em abril. Isso não significa que o conteúdo da proposição de alterar as re-

lações trabalhistas tenha sido abandonado, pois o projeto não foi retirado de pauta. O objetivo desse projeto que permite a alteração do art. 618 da Consolidação das

Leis do Trabalho, parte do suposto de que “os instrumentos de negociação coletiva entre sindicato e empresa prevaleçam sobre a lei, salvo em se tratando de preceito constitucional”.

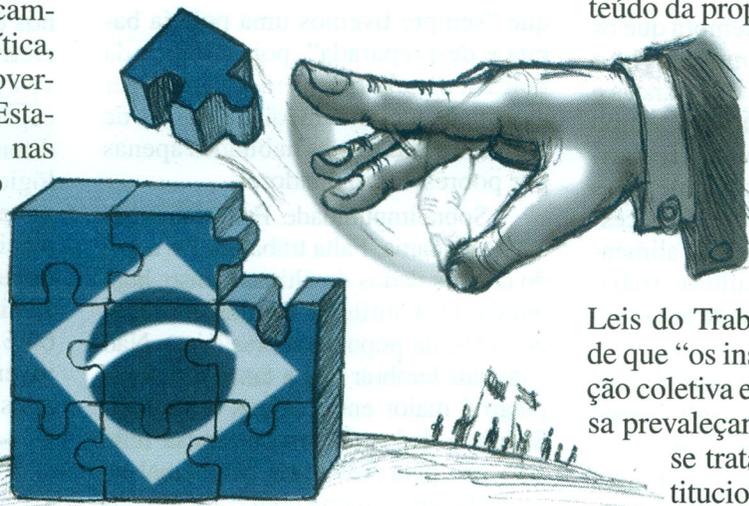
Estudos realizados pela Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho indicam que sérias e perversas consequências para os trabalhadores estão por vir, caso o projeto seja aprovado. Teremos, então, a consolidação de um processo que responde, exclusivamente, aos interesses do capital. Horas extras ilimitadas, fim da obrigatoriedade da CTPS, férias individuais e coletivas poderão ser cindidas sem limites, fim da necessidade de pagamento salarial mensal, fim da equiparação salarial e de diferenças salariais advindas do desvio de função, permissão do pagamento de salário em qualquer moeda, possibilidade de dispensa por justa causa do empregado no caso de greve, possibilidade do fim do sindicato da categoria diferenciada e limitação da estabilidade sindical a um dirigente. Estes são alguns dos direi-

tos que podem ser alterados. Não bastasse isso, o governo também prepara terreno para pôr fim ao direito de greve dos servidores públicos, através de Projeto de Lei do Executivo. Todo esse quadro revela uma dura ofensiva contra os trabalhadores e as suas organizações.

O discurso dominante da empregabilidade, da competência individual, vale dizer, do “salve-se quem puder”, ganha corpo nesse embate, inclusive, com apoio de representações dos trabalhadores, como a Força Sindical, que vêem em tais mudanças a modernização das relações entre capital e trabalho. Vale lembrar que a chamada flexibilização dos direitos do trabalho se constitui em uma estratégia mundial que vem obtendo apoio incondicional dos governos liberais e social-democratas, os quais “rifam” os direitos dos trabalhadores em troca de empréstimos e apoio das agências multilaterais à implantação de medidas de ajuste, que, no discurso desses governos, assumem a feição de modernização.

## Exemplo

Objetivadas tais mudanças, amplia-se, cada vez mais, o nível de exploração dos trabalhadores e as suas possibilidades de construir um patamar de proteção social compatível as suas reais necessidades de reprodução. O grande desafio que está posto é o da resistência, através das grandes mobilizações, a exemplo do que aconteceu recentemente na Itália, onde os trabalhadores mostraram sua resistência ao projeto de mudanças nas relações trabalhistas e organizaram uma das maiores mobilizações já vistas, 13 milhões de trabalhadores na rua, para impedir que seus direitos fossem suprimidos. Além disso, é necessário que as informações acerca dos objetivos das mudanças e as consequências da flexibilização dos direitos trabalhistas permitam o debate crítico sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e, fundamentalmente, seja capaz de organizá-los para a defesa e manutenção dos direitos historicamente construídos.



ajustes na economia. Aqui, o papel do empresariado é fundamental à consolidação desses objetivos. Durante a gestão FHC, foram inúmeras as medidas concretas tomadas no sentido de desconstitucionalizar as relações trabalhistas, ou seja, de as desregulamentar. Entre elas, podemos destacar: o Decreto 2100, de 1996, em que o Brasil, renunciou a Convenção n.º 158 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada 12 anos antes, que dava garantias ao trabalhador contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, prevenindo, nestes casos, indenização compensatória; a lei n.º 9.601/1998, onde foram ampliadas as possibilidades de contratação temporária e instituído o banco de horas, o que permitiu o tempo de compensação do excesso de

# Jovens são as maiores vítimas

**A** violência, infelizmente, está em alta, principalmente nos grandes centros urbanos. A população está, cada vez mais, sendo obrigada a conviver de perto com ela. A mídia noticia todos os dias novos fatos e revela dados impressionantes sobre a violência. A professora do Departamento de Política Social da Faculdade Serviço Social da Uerj, doutoranda em Sociologia e pesquisadora da área de infância, adolescência, cultura e violência, Mione Apolinario Sales faz uma análise de como essa violência atinge a juventude brasileira e de como o profissional de Serviço Social pode contribuir para a reversão dessa realidade.

De acordo com pesquisa feita pela Unesco e dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Econômica) e do PNUD (Programa das Nações Unidas), o alto índice de mortalidade entre jovens de 15 a 24 anos é resultado do aumento da violência. Cerca de 2/3 do total de mortes entre jovens têm origem em causas violentas. Mione mostra que se os dados do Censo 2000 indicam que houve avanços para a infância com a redução da mortalidade infantil, que em 1991 era de 45,3% e em 2000 foi de 29,6%, esse ganho tende a se perder a médio e longo prazo, caso a violência prevaleça como a maior causa mortis dos jovens.

## Ausência do Poder Público

Dados do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do IPEA mostram, por exemplo, que a taxa de homicídios da cidade do Rio de Janeiro cresceu. Em 1998 foram 38,2% para cada cem mil habitantes, em 1999 esse índice subiu para 41,2% e em 2000 cresceu para 45,5%. A professora lembra que a violência é sempre maior nas áreas carentes. No Rio de Janeiro é maior na Zona Oeste, muito embora a mídia chame mais atenção para os homicídios registrados na Zona Sul da cidade. Vale lembrar que 10% desse total de homicídios são de autoria da própria polícia. A professora observa ainda que a polícia do Rio é a que mais mata no mundo e que 65% das vítimas são alvejadas pelas costas.

Mione avalia que a intensidade da violência atual é nova, mas tem por base alguns fatores sócio-históricos recentes: a explosão urbana na década de 70; seguida da expansão do narcotráfico na década de 80, acoplada à baixa presença do Estado nas favelas e periferia. Abandonadas por sucessivos governos, as favelas acabaram constituindo um território sem lei. As

áreas mais violentas são justamente as que mais sofrem com a ausência de policiamento, afirma Mione, e quando a polícia aparece nesses locais, na grande maioria das vezes, chega com o objetivo de reprimir e não como policiamento comunitário, como deveria ser.

As mortes por violências atingem mais a população masculina, jovem, pobre, negra (incluindo pardos) e de



FOTOS: JOÃO ROBERTO HIPPER / ARTIST: VIRGINIA AOKI

escolaridade básica. Ela lembra que os dados do Censo 2000 mostraram o aumento da escolaridade de crianças e adolescentes, mas ao mesmo tempo questiona a qualidade dessa escolaridade. A educação é importante, mas não funciona isoladamente. É necessário que seja acompanhada de alimentação, habitação, lazer, cultura, trabalho como política integral de assistência social às famílias.

Um ambiente sócio-afetivo pode contribuir para evitar o envolvimento de crianças e adolescentes com a violência, mas, muitas vezes, só o afeto não basta. Mesmo famílias que têm uma forte estrutura afetiva também perdem os seus filhos para o narcotráfico, na medida em que esses acabam se deslumbrando com um mundo que oferece facilmente dinheiro, poder e mulheres. “Jovens são jovens em qualquer lugar do planeta, logo se tornam vulneráveis a esse tipo de apelo”, alerta Mione.

O governo não investe na juventude e a violência não pára de aumentar. A professora lembra que a violência no Brasil foi construída historicamente: desde a escravidão (a qual sub-

siste hoje no campo e em algumas pequenas indústrias que empregam em troca apenas de moradia e comida), ao poder e desmandos dos grandes latifúndios até os porões da ditadura com prisões e torturas. A violência, assim, veio sendo tratada de forma populista ou como caso de polícia. Mione cita o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz, que costuma dizer

que “sempre tivemos uma polícia barata e despreparada”, pois a lógica da política de segurança era a de proteger as elites e a classe média, e deixar de lado as comunidades habitadas apenas por pobres e trabalhadores.

Sobra impunidade. Falta democracia e cidadania. Falta trabalho. De acordo com os dados do último Censo, hoje temos 11,4 milhões de desempregados (15% da população brasileira). Não é demais lembrar que a taxa de desemprego é maior entre negros e mulatos. Segundo dados de uma pesquisa feita esse ano pela Secretaria Municipal de Trabalho em parceria com o IBGE, cerca de 24% da população economicamente ativa nas favelas do Rio são jovens entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham e nem estão procurando emprego, por se encontrarem totalmente desestimulados. Não é difícil constatar que jovens inativos podem ser atraídos para o mundo da criminalidade, alerta Mione. Muitos jovens são discriminados por cor, classe social e local de moradia, sendo considerados pela mídia e pelo senso comum, sejam eles autores de ato infracional ou não, como potencialmente agressores. É preciso que se dê visibilidade ao fato de que os adolescentes são as maiores vítimas da violência.

Na opinião da professora, se não fosse o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais o conjunto de políticas, direitos, estrutura institucional e filosofia emancipadora desenvolvidos na última década, o quadro de violência estaria ainda maior. “É importante que a sociedade dispute um a um esses meninos com o tráfico e com

todos os demais segmentos que geram violência”, frisa Mione, que acrescenta ainda que o ECA sustenta que a medida de internação só deve ser aplicada em casos graves, porque a maioria dos infratores não é de alta periculosidade, mas acaba se influenciando com os outros internos. Depoimentos de jovens que passaram pelo sistema sócio-educativo, ainda em fase de reordenamento institucional, revelam como esses locais, nos moldes atuais, são verdadeiras fábricas de fazer bandidos. De acordo com pesquisa feita em 2000 pelo Degase/RJ (Departamento de Ações Sócio-Educativas), os adolescentes foram internados porque cometeram as seguintes infrações: roubo (40%), tráfico (37%), homicídio (8,7%), lesões corporais (4,8%), e latrocínio, ou seja, roubo seguido de assassinato (1,2%). Num universo de 900 adolescentes tutelados pelo Estado, mais de 60% estudava ou trabalhava na ocasião do delito. Esses dados, destaca a pesquisadora, levam a pensar que outras razões, além da pobreza e exclusão social, têm instigado os jovens a participar do mundo do crime.

Adrenalina e aventura são valores culturais impostos aos jovens pelo capitalismo. As classes menos favorecidas procuram essa adrenalina no tráfico. Logo, os adolescentes internos deveriam ser alvo de uma política efetivamente sócio-educativa, com investimento em educação, cultura e capacitação profissional. Todavia, a indiferença neoliberal, combinada a uma lógica de penalização da miséria pelos governos estaduais e como tendência reacionária internacional, se traduz nos números divulgados pelo Ministério da Justiça que apontam que atualmente 60% do total de presidiários no país são jovens, na faixa etária entre 18 a 25 anos.

## Desafios profissionais

Clareza política e sociológica para pensar alternativas para a juventude e contra a violência são fundamentais para o assistente social, acredita Mione. É importante que o profissional conheça a fundo o ECA, para ajudar a implementá-lo e tenha conhecimento de outras legislações no campo do direito social e possua noções jurídicas básicas. Além disso, é necessário ter convicção ético-política nos direitos humanos, como requer o Código de Ética Profissional.

Mione afirma que o trabalho social com as famílias é fundamental na prevenção e no combate ao aprofundamento do quadro de violência social, mas também no processo de reintegração de adolescentes autores de ato infracional. O assistente social pode e deve otimizar a sua habilidade e capacidade para o trabalho interdisciplinar. Como é um profissional que atua, por excelência, na produção da sociabilidade, logo, age cotidianamente na contramão da violência.

**“O governo não investe na juventude e a violência não pára de aumentar”.**

Mione